

POLITICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL:

Perspectivas de implementação municipal e os entraves de efetivação no plano municipal de educação da cidade de São Lourenço da Mata.

Maria Juliana dos Santos Farias ¹

José Gonçalves da Silva ²

Manuela de Freitas Oliveira ³

Cintia Gonçalves dos Santos ⁴

RESUMO

Nos últimos anos podemos considerar que muitos avanços foram promovidos em relação ao trato da diversidade sexual, seja no âmbito social, nacional ou seja no âmbito educacional. Em 2006, iniciou-se o curso de formação de professores (nacional) com o objetivo de mobilizar os professores para as questões ligadas à diversidade sexual. O tema “Orientação Sexual”, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, “objetiva” promover reflexões e discussões de técnicos, professores e equipes pedagógicas, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no trato de questões da sexualidade. Mais sobretudo a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, a partir de dezembro de 2015, alguns movimentos produzidos numa direção contrária, como exemplo, o cancelamento da página no governo federal, o fechamento da secretaria, assessorias e departamentos ligados a diversidade sexual no âmbito estadual e municipal. Mas especificamente, diante da grave situação política que enfrentamos, quando vemos ameaçados valores e direitos humanos inegociáveis como a própria democracia, entendemos que os espaços públicos como a escola, passam a ser fortemente atacados não só enquanto instituição, mas também, enquanto espaço de produção de subjetividades, em especial neste estudo, as subjetividades relacionadas à diversidade sexual. As reflexões aqui apresentadas foram construídas a partir da pesquisa etnográfica de diário de campo, e de análise documental do plano municipal de educação do município de São Lourenço da Mata/PE. As técnicas metodológicas utilizadas como análise documental, grupo focal, análise do discurso se deu diante dos estudos de cunho qualitativo, visando contribuir a criação de uma política de formação continuada a professores da rede municipal, objetivando a exclusão da evasão escolar, homofobia, transfobia e as diversas facetas de negação das identidades LGBTQIA+ dentro das unidades educacionais do município.

Palavras-chave: Política, Projetos e Programas Educacionais, Políticas de Formação Diversidade Sexual.

¹ Menstranda do Curso de Mestrado Profissional em educação Básica – Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. maria.jsfarias@ufpe.br

Menstrando do Curso de Mestrado Profissional em educação Básica – Universidade Federal de Pernambuco, andressilva18@hotmail.com

² Mestranda do Curso de Mestrado em Educação Profissional em Educação Básica- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.manufreitas100@gmail.com.

³ Mestranda do Curso de Mestrado em Educação Profissional em Educação Básica- Universidade Federal de Pernambuco. cintia.santos@prof.educ.rec.br.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos podemos considerar que muitos avanços foram promovidos em relação ao trato do tema da diversidade sexual, seja no âmbito social, seja no âmbito educacional. Ao mesmo tempo, que mais recentemente, alguns movimentos contrários também puderam ser evidenciados. Em 2002 foi elaborado o Programa Nacional de Direitos Humanos e a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão), foi criada em 2004. Em 2006, iniciou-se o curso de formação de professores (nacional) com o objetivo de mobilizar os professores para as questões ligadas à diversidade sexual. No âmbito estadual em 2009, foi criada a Assessoria Especial do Governador para Diversidade Sexual. Em 2011, a realização da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, e em 2012, foi criado o Centro Estadual de Combate à Homofobia.

Do âmbito educacional, a promulgação da LDBEN 9394/96 e a produção da versão preliminar dos Parâmetros Curriculares Nacionais que, além de ratificar os princípios de inclusão e participação social e do resgate da relevância e dos significados sociais dos conteúdos veiculados na escola, incluiu em seu formato curricular os chamados temas transversais: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde, Orientação Sexual, Trabalho e Consumo.

Em especial, O tema transversal “Orientação Sexual”, definido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, “objetiva promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no trato de questões da sexualidade” (Brasil, 1998, p. 287).

A educação sexual proposta nos Parâmetros, com base nos pressupostos da Cidadania, da Ética e dos Direitos Humanos, revela um respeito à expressão individual, coletiva e sócio-cultural da sexualidade, assim como apresenta também uma conotação dirigida para a “educação da saúde”, principalmente em decorrência do aumento dos casos de Aids no Brasil (Brasil, 1998, p. 287).

Vale enfatizar que essa inclusão do tema transversal “Orientação Sexual” permitiu romper com a política do silêncio mantida até a década de 70 e início da década de 80, principalmente por parte dos poderes instituídos, em relação à implantação da educação sexual na escola. Esse importante marco histórico, que contraditoriamente é muitas vezes ofuscado pelos próprios intelectuais da sexualidade humana e profissionais da área de educação, a partir de suas críticas e insatisfações, deve ser ressaltado.



Mesmo que essa proposta de educação sexual tenha sido questionada por alguns educadores, o que é inerente a todo e qualquer processo de construção curricular, ela representou um primeiro passo institucional na direção de uma vontade política de realçar a educação sexual. A sua estrutura (conteúdo e metodologia), ressalte-se, foram também inovadores, pois considerou a pluralidade de expressões da sexualidade e com isso as diferentes possibilidades de produção de subjetividades.

Mais recentemente, porém, sobretudo a partir do impeachment da Presidente Dilma Rousseff, a partir de dezembro de 2015, alguns movimentos foram produzidos numa direção contrária, como por exemplo, o cancelamento da página no governo federal, e o fechamento da secretaria de sua secretaria a SECADI (Secretaria de Alfabetização e Diversidade).

Mais especificamente, diante da grave situação política que enfrentamos, quando vemos ameaçados valores e direitos humanos inegociáveis bem como a própria democracia, entendemos que os espaços públicos como a escola, passam a ser fortemente atacados não só enquanto instituição, mas também, enquanto espaço de produção de subjetividades, em especial neste estudo, as subjetividades relacionadas à diversidade sexual.

A partir deste contexto, algumas questões nos parecem fundamentais: no processo de perspectiva de mudança nos rumos políticos nacionais, que apontam para uma forte tendência ao estímulo de discursos de violência, de ódio e de intolerância às diferenças (discutir e conceituar diferenças), é possível efetivar uma pedagogia da diferença, em especial à relacionada à diversidade sexual dentro dos espaços escolares? Como? E ainda, este trabalho possibilitaria a produção de subjetividades dentro uma perspectiva pautada num contexto de políticas públicas para educação, identidade e diferença.

Analisar temática da diversidade sexual, quanto à sua efetivação na prática pedagógica escolar, pautado num contexto das políticas públicas fomentadas em ações de igualdade, identidade e diferença, inseridas no plano municipal de educação do município de São Lourenço da Mata, e assim compreender as políticas públicas no âmbito educacional, relacionadas à diversidade sexual, igualdade e diferença descrevendo o trato pedagógico do tema diversidade sexual quanto à efetivação dos conteúdos e metodologias propostas como uma política pública educacional visando contribuir para uma política de formação no município em foco.

POLITICAS EDUCACIONAIS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL: Perspectivas de implementação municipal e os entraves de efetivação no plano municipal de educação da cidade de São Lourenço da Mata.



O termo “diversidade” designa a qualidade ou condição do que é diferente. Existem diferenças de opiniões, de costumes, de comportamentos, de valores, de sexo, que podem ser definidas como o conjunto de diferenças e de valores entre os indivíduos da sociedade. De acordo com Sacristán (2002), definição de diversidade está pertinente com as aspirações dos povos e das pessoas ao direito de liberdade para exercer sua autodeterminação.

No âmbito das Políticas Públicas Educacionais, a diversidade surge como um tema relacionado ao direito de formar, de construir o indivíduo social, dotado de identidades e subjetividades. Portanto a diversidade surge no sentido de orientar e organizar a prática educativa, de modo que fique dotada de conteúdos para uma visão crítica onde é possível entender a cultura, a sociedade e os vínculos que a constroem. É de fundamental importância qualificar o professor para desenvolver seu trabalho com uma pedagogia da diversidade.

Com esses novos comportamentos houve a necessidade de alterações nas políticas e práticas do âmbito educacional. Neste sentido “a escola é desafiada a mediar novos conhecimentos e formar novas competências, com o objetivo de preparar os sujeitos para as novas condições de vida. Nesse intento ressaltamos que:

[...] propostas pedagógicas que respeitem e valorizem o pluralismo, materiais didáticos adequados (contendo informações, imagens, dados dos grupos minoritários), conteúdo e atividades didáticas capazes de responder às diferentes necessidades, interesses e capacidades dos alunos, flexibilidade na organização de programas, enfim, requer o desenvolvimento de processos educativos, metodologias e instrumentos pedagógicos que levem em conta as diferenças (CARVALHO, 2010, p 44).

Com isso pontuamos que a escola é o contexto social no qual o indivíduo vive grande parte de sua vida, também é um dos principais espaços de formação cidadã, de socialização do conhecimento científico, de consciência crítica, contatos interpessoais, diálogo, acolhimento, normas, construção de padrões, desenvolvimento da personalidade, identidades e respeito. Sendo a escola um campo de transformações como bem nos pondera Saviani, (2002) em seus estudos sobre a escola, preciso ainda fomentar que neste contexto a educação teria como objetivo de superar as desigualdades existentes, visando formar sujeitos empoderados de conhecimento e ocasionar assim a chamada equalização social.

Um outro fator interessante nessa chamada igualdade social, educacional dotada de direitos e saberes, ora marginalizado por uma cultura dominante que segrega, oculta e inferioriza, é a contribuições da sociologia Bourdieu (1992, p. 34) marcada pela superação de uma herança familiar, cultural e escolar. De acordo com o citado autor



A escola, ao ignorar desigualdades culturais entre crianças de diferentes classes sociais ao transmitir os conteúdos que opera, bem como seus métodos e técnicas e os critérios de avaliação que utiliza, favorece os mais favorecidos e desfavorece os mais desfavorecidos. “Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura” (BOURDIEU, 1998, p. 53).

No contexto transdisciplinar, emancipatório dos direitos básicos garantidos pela Constituição de 1988, a educação por ser direito universal, é o espaço mais acessível inclusive por aqueles socialmente marginalizados, negros, pobres, o que torna o ambiente escolar importante espaço de promoção da cidadania, primário de educação formal e para além da sua função, que é da ordem do conhecimento, e tem por desafio articular e executar as políticas públicas, a legitimidade da pluralidade de gênero, discutir os valores culturais e éticos, e permitir a desconstrução de normas rigidamente estabelecidas a fim de garantir que esses princípios sejam alcançados. Por outro lado, os temas transversais articulados com os currículos transformam o ensino-aprendizagem, e uma escola alternativa que trabalha com projetos e que esteja aberta ao meio social em que se insere, esboça e compartilha uma série de valores em torno de um projeto comum para todos e representam pedagogicamente uma maneira de compreender e vivenciar o processo educativo, além de participar de diferentes desafios da sociedade.

Tal como Praxedes (2015) aponta, é a partir da convivência com outras pessoas que podemos, de fato, nos tornar seres sociais. O processo de socialização se dá nas relações de afetividade e aprendizagem e, é por meio do desenvolvimento da socialização que nos tornamos agentes humanos, com costumes e modos de agir daqueles que fazem parte das nossas relações de convívio. Pode-se dizer então, que nossa formação como pessoa parte de fragmentos da formação das outras pessoas presentes em nosso convívio, enquanto, por meio de um processo de trocas de experiências, contribuimos para o desenvolvimento de outras pessoas, fazendo, desta maneira, com que se consolide o processo de construção de cada membro da sociedade.

É justamente nesse ato de convivência com outros sujeitos que nota-se o crescente surgimento dos guetos numa época de dominação educacional e cultural como forma de resistência a um sistema dominante e aligeirado de pedagogias da negação. O gueto que revela-se como um dispositivo sócio organizador (WACQUANT, 2001), idealizando ações, e objetivos que visem uma pedagogia de luta e resistência às camadas populares lutando por igualdade de direitos e políticas públicas.

METODOLOGIA

As primeiras reflexões aqui apresentadas foram construídas a partir da pesquisa etnográfica de diário de campo, e de análise documental do plano municipal de educação. O objetivo da análise documental, é identificar em documentos primários questões que sirvam de subsídios para responder algumas questões sobre a pesquisa em foco LUDKE & ANDRÉ (1986, p,39). Já os registros de diário de campo constituem um momento de registro de pesquisa, segundo Triviños (1987). as anotações realizadas que envolveu observações em espaços escolares da cidade de São Lourenço da Mata.

Definimos a análise de conteúdo para tratar as informações e discursos produzidos a partir das referências HALL (2006). No contexto de uma teoria pós-moderna que se dá em função da possibilidade de compreendermos os processos contínuos de transformação das identidades e também a partir dos estudos de Novena (2013) sobre os processos de homosnormatização embasados na teoria Foucaultiana (2013) de vigilância, controle e poder, tal como descritos por Foucault em seu livro Vigiar e Punir.

Para compreendermos o sentido de espaço, faz-se necessário pontuarmos aqui campo de pesquisa que será unidades escolares do município de São Lourenço da Mata e que de fato irão ser registrados e discutidos pontos relevantes para a compreensão e efetivação das políticas educacionais fixadas em seu plano municipal de educação referente aos aspectos da diversidade sexual pontuando questões como identidade e diferença num contexto de políticas públicas referentes à justiça e igualdade.

Além disso a técnica de grupos focais para analisar os discursos dos membros do referido grupo, a fim de subsidiar a fundamentação de nossas categorias teóricas: diversidade sexual, educações, políticas e programas educacionais e por fim os aspectos da homosociabilidade dentro dos espaços escolares.

Diante desses aspectos citamos Gomes & Barbosa (1999) que mencionam o grupo focal como um instrumento de coleta de dados, um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade, bem como a presença da técnica de análise do discurso num contexto da perspectiva foucaultiana nos dando a possibilidade de analisar os discursos e levarmos em conta suas especificidades

(FOUCAULT, 2007A; 2007B;).

Dessa forma salientamos que o uso da técnica de grupo focal e do método de análise do discurso na teoria foucaultiana vem salientar aspectos de grande significação para nossa pesquisa, quando tratam, educação formal, diversidade sexual, políticas e programas educacionais e as diversas abordagens dos processos metodológicos.

RESULTADOS

A apresentação do tema transversal Orientação Sexual demonstra que desde a década de 1970 a discussão sobre a necessidade da inclusão da temática da sexualidade no currículo da escola vem sendo intensificada, e reconhece que as mudanças no comportamento dos jovens e o movimento das feministas e grupos que defendiam o controle da natalidade seriam os responsáveis por essas reivindicações (BRASIL, 1998), afirmando assim a importância dos movimentos sociais na conquista de políticas públicas educacionais.

Vianna e Unbehaum (2006) pontuam que os PCNs retratam o mais importante avanço em relação à legitimação de uma perspectiva de gênero nas políticas educacionais. Esse documento apresenta o Tema Transversal Orientação Sexual de forma ampla, com entendimentos de que: Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes. (BRASIL, 1997, p. 287). No entanto podemos identificar as diversas vertentes de discursos negacionistas e repressores dentro do espaço escolar ocasionando assim diversos sentimentos de lugar de pertencimento, identidade, autoafirmação e outros temas ligados a diversidade sexual na escola.



CONSIDERAÇÕES FINAIS



A propósito deste estudo foi analisar as principais Políticas Públicas Educacionais de Gênero e Diversidade Sexual, suas ascensões e conquistas e os impasses e retrocessos sofridos frente ao avanço conservador. Contudo, é inegável que o processo de formulação de políticas públicas não é necessariamente neutro nem linear, ele é permeado por avanços e retrocessos, bem como é cercado por imprevisibilidades e imprevistos. Não há como desconsiderar as diversas convergências de forças ideológicas, estruturas políticas e de gestão que perpassam esse processo.

As políticas educacionais precisam levar em conta as discussões acerca da função social da escola na construção e masculinidades e feminilidades contrapostas ao modelo convencional, masculino, heteronormativo, branco e de classe média. Não podem ignorar os efeitos que o processo de construção de identidades e subjetividades masculinas, femininas, hetero, homo ou bissexuais produzem sobre a permanência, o rendimento escolar, a qualidade de interação de todos os atores da comunidade escolar e as suas trajetórias escolares e profissionais (SECAD/MEC, 2007, p. 35).

É neste cenário que as políticas públicas educacionais estão incorporando, em suas agendas, ações afirmativas de enfrentamento das desigualdades ocasionadas pelo sexismo e pela homofobia, tendo como justificativas os conflitos vividos no cotidiano escolar e a fragilidade das ações educativas desenvolvidas por seus educadores no exercício do magistério, em todo o País.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BORDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves 1992.

_____. Escritos da Educação. Petropolis: Vozes, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceito. Brasília 2002.

CARVALHO, E. J. G. Educação e diversidade cultural. Maringá: Eduem, 2010.

GOMES & BARBOSA. A técnica de grupos focais para a obtenção de dados qualitativos. Instituto de pesquisa e inovações educacionais. - Educativa, 1999 Médicas, 1994.



FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 2013

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NOVENA, Nádia, Gueto homossexual como espaço de 'homosnormatização' da cultura gay. In: Seminário Internacional Desfazendo Gênero: subjetividade, cidadania e transfeminismo, 2013, Natal RN. Anais do I Seminário Internacional Desfazendo Gênero, 2013. v. 01.

PRAXEDES, Walter. A educação reflexiva na teoria social de Pierre Bourdieu. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SACRISTÁN, J. G. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDIA, Rosa et al. Atenção à diversidade. Porto Alegre: Artmed, 2002

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In_____. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

WACQUANT, L. Os condenados da cidade. Estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro : Revan 2001.